



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Diretoria de Gestão e Logística

Versão v.04.04.2019.

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro, fornecimento de chaves, reposição, conserto ou troca de chaves, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, para atender à Secretaria de Estado de Governo, por um período de 12 (doze) meses, conforme prazos e demais obrigações constantes neste termo de referência.

I – Especificação Técnica do Objeto

Item	Descrição	Quant.	Valor Médio Unitário	Valor Total
1	Cópia de chave Yale simples	34	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Cópia de chave Yale dupla	23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Cópia de chave Yale dupla articulada	40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	Cópia de tetra chave	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	Troca de segredo de fechadura de móveis (estações de trabalho e armários)	25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Troca de segredo de fechadura de portas	15	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	Conserto de fechadura de móveis (estações de trabalho e armários.)	25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	Conserto de fechadura de portas	11	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	Abertura de portas, gaveta de armários e estações de trabalho	32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	Confecção de chave Yale simples	27	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	Confecção de chave Yale dupla	14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	Confecção de chave Yale dupla articulada	36	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13	Confecção de tetra chave	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
----	--------------------------	---	----------	----------

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A demanda pelo serviço de chaveiro tem apresentado contínuo crescimento nesta Secretaria de Estado de Governo, haja vista correntes alterações no *layout*, movimentação de servidores e criação de novos postos de trabalhos nesta Pasta, cabendo-nos considerar, também, a provável e iminente vinda de profissionais da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, conforme proposição de reforma administrativa em curso.

Conforme averiguado, a demanda não tem contrato vigente no âmbito da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves; mas, no âmbito deste Órgão, entendemos apropriada a formalização de avença da prestação de serviços, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário, objetivando atender às demandas de forma padronizada, como também privilegiar a transparência, a economicidade e a otimização dos procedimentos de solicitação dos serviços e de execução das despesas.

3 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE REFERÊNCIA

A estimativa do valor da despesa para 12 (doze) meses, obtido por meio de pesquisa de mercado, conforme ocorrências SEI! 4740161, 4600376, 4600906 e planilha de análise e obtenção da Mediana (4840312) será de R\$4.949,00 (quatro mil novecentos e quarenta e nove reais), no qual já estão incluídos todos os tributos, encargos e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do contrato.

4 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 Todas as peças, equipamentos, ferramentas e demais materiais necessários à execução do serviço são de responsabilidade da CONTRATADA.

4.2 Todas as peças e equipamentos adquiridos deverão ser novos, apresentados em embalagens originais lacradas, contendo a identificação do fabricante, prazo de garantia e especificações técnicas do produto.

4.3 Todo material utilizado nos serviços (fechaduras, modelagem de cópias de chaves, trancas de mesa ou armários) deverá ser de excelente qualidade, novo, de primeiro uso, não se admitindo produto anteriormente utilizado;

4.4 As substituições de fechaduras deverão ser feitas com material do mesmo modelo das linhas existentes na Contratante, ou, se não mais fabricado, por outra de qualidade semelhante.

4.5 A execução dos serviços deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislação pertinentes

4.6 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito neste Instrumento no endereço da CONTRATANTE, dependendo do serviço a ser executado.

4.7 A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, mediante solicitação do gestor do contrato, respeitado o prazo máximo de 03 (três) dias.

5 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

5.1 Os serviços executados serão recebidos provisoriamente em, no máximo, 03 (três) dias úteis de sua conclusão, para aferição e verificação da conformidade com as especificações estatuídas neste termo, bem como a qualidade dos mesmos, sendo recebidos definitivamente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no instrumento convocatório e consequente aceitação, observado o disposto no art. 10 do Decreto nº. 37.924/96.

5.2 Os materiais necessários à execução dos serviços como: chaves virgens, linguetas, maçanetas, molas, quadrantes, espelhos e qualquer outro necessário à prestação dos serviços, serão de responsabilidade da empresa e deverão ser de primeira qualidade, não sendo admitido o emprego de materiais reciclados ou remodelados.

5.3 Os materiais substituídos ou retirados passíveis de reaproveitamento serão entregues ao responsável pela fiscalização.

5.4 Os serviços rejeitados pela fiscalização devido ao uso de materiais que não sejam especificados ou qualificados ou ainda mal executados deverão ser refeitos corretamente sem ônus para a CONTRATANTE.

5.5 O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observado o disposto nos arts. 73 a 76 da Lei Federal nº. 8.666/93:

5.6 Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso.

6- DA GARANTIA

6.1 As fechaduras quando instaladas deverá ter garantia de no mínimo 01 (um) ano tendo a empresa responsabilidade de prestar toda assistência e/ou alteração dos materiais aplicados.

6.2 Sem prejuízo ou atenuação de outras exigências contidas neste Termo de Referência, é exigida da CONTRATADA a garantia expressa para todos os serviços objeto do contrato pelo prazo de vigência do mesmo.

7 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços de acordo com as normas contidas neste instrumento e deverá iniciar a prestação do serviço imediatamente, a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Estado de Governo.

Os serviços serão realizados de acordo com as necessidades da Secretaria de Estado de Governo, mediante requisição emitida por servidor credenciado para este fim.

8 – VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do instrumento, podendo ser prorrogado na forma prevista no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

9 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

NÃO APLICÁVEL

10 - OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação (s) orçamentárias(s):

1491.04.122.701.2002.0001.3390.39.99.0.10.1

11 - METODOLOGIA

MENOR PREÇO GLOBAL

12 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá comprovar aptidão para executar o objeto, por meio de apresentação de atestado de desempenho anterior (objeto compatível com as características e as quantidades estabelecidas neste instrumento), por meio de documento fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório de capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

12.1. O atestado deverá conter:

12.1.1 nome empresarial e dado de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone);

12.1.2 local e data de emissão;

12.1.3. nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

12.1.4 período da execução da atividade;

12.2 – A qualificação pode ser comprovada por um ou mais atestados, lidos em conjunto ou separadamente.

13. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

60 (sessenta) dias.

14 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, no prazo de 30 dias corridos da data do recebimento definitivo, pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

I - Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após cada parcela de execução do objeto a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, se houver.

II - A Administração receberá o DANFE juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

III - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

§1º A validação/emissão de Notas Fiscais, referente ao objeto desta contratação, inclusive aquelas emitidas eletronicamente, deverão ser processadas pelo módulo de Fatura Eletrônica - eFatura, disponibilizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD, disponível no sítio www.compras.mg.gov.br, conforme dispõe o Decreto nº. 45.035/2009, de 2 de fevereiro de 2009.

§2º Na impossibilidade de processamento pelo módulo de Fatura Eletrônica - eFatura, deverão ser remetidas ao CONTRATANTE as primeiras vias de Nota Fiscal, nos termos do Decreto nº 37.934/96, de 16 de maio de 1996.

§ 3º Como comprovantes de despesa serão aceitas as primeiras vias de Nota Fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – Danfe – ou documento equivalente, com certificado datado e firmado por responsável pelo recebimento dos materiais, bens ou serviços solicitados, declarando que os mesmos foram recebidos ou efetuados em condições satisfatórias para o serviço público estadual.

§ 4º As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

§ 5º A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

§ 6º Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado, no entanto, em tal hipótese, a contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

A fiscalização da execução do contrato será exercida pela servidora Márcia Gonçalves Cerqueira, Matrícula 74957-7, lotada nesta Diretoria de Gestão e Logística devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.

I - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

II - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

III - O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

IV - O fiscal deverá:

1. anotar todas as ocorrências identificadas na execução do objeto em registro próprio;
2. acompanhar a correta execução física e financeira do contrato, incluindo controle do saldo contratual, providências relativas ao reforço dos empenhos, bem como recebimento do documento fiscal. Nesta etapa de faturamento (recebimento do documento fiscal) deverá ser confrontada as especificações técnicas contidas no documento com aquelas consignadas no instrumento contratual;
3. observar se o objeto apresentado atende às especificações contidas no ato convocatório, na proposta da CONTRATADA e no instrumento contratual, rejeitando as inconformidades

identificadas;

4. acionar a CONTRATADA, por escrito, em caso de inexecução ou execução irregular do objeto contratado, determinando a adoção das providências necessárias à regularização das falhas, na forma e prazo contidos no instrumento contratual.
5. estar ciente de que a fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil;
6. reportar as intercorrências à autoridade competente, quando necessário.

V - O gestor do contrato será o responsável pelo acompanhamento do contrato quanto aos aspectos administrativos, tratando de questões relativas ao planejamento da contratação, aspectos econômicos, prorrogações, além de promover as medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no ato convocatório e no instrumento de contrato.

16 - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

I – DA CONTRATADA:

- a) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante;
- b) fornecer toda documentação fiscal do objeto executado;
- c) responsabilizar-se por todos os ônus relativos à execução do objeto;
- d) cumprir, durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para se contratar com a Administração Pública;
- e) arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
- f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, nos termos da Lei n.º 8.666/93;
- g) responsabilizar-se, com foros de exclusividade, pela observância a todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, ainda, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.
 - g.1) Caso este seja chamado a juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação;
- h) garantir a qualidade do objeto executado;
- i) exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- j) executar o objeto avençado mesmo em caso de greve de seus funcionários;
- k) a CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- l) Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência.

II – DA CONTRATANTE:

- a) comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou inconformidade verificada na execução do contrato, assinando-lhe prazo para regularização, sob pena de aplicação das sanções legais e contratualmente previstas;
- b) efetuar o pagamento no devido prazo fixado no contrato;
- c) promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;
- d) fiscalizar e avaliar a execução do contrato, por meio de agente previamente designado, podendo, para tanto, vistoriar, solicitar a emissão de relatórios gerenciais e auditar os relatórios de prestação do serviço elaborados pela CONTRATADA;
- e) proporcionar à CONTRATADA o acesso às informações e documentos necessários ao cumprimento do objeto, bem como aos locais onde o objeto será executado ou entregue;
- f) Emitir Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo como os termos deste documento;
- h) Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuado;
- i) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- j) Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência.

17 – SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço de garantia;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos Decreto Estadual nº. 45.902/2012;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato, quando este for exigida, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

18 - REAJUSTE DO VALOR

O valor deste contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da contratada e verificada a variação de custos ocorrida, aplicando-se o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando-se como índice o do último ou penúltimo mês anterior ao do respectivo vencimento, dependendo da divulgação emitida pelos órgãos competentes e antecedência promovida para prorrogação da vigência.

§1º O reajuste referido acima observará a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados do início de vigência do contrato ou do último reajuste.

§2º A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias do vencimento deste Contrato, o pedido de reajuste do valor praticado, para os 12 (doze) meses subsequentes.

19 – JUSTIFICATIVA PARA MODALIDADE PROPOSTA

A Referida aquisição será realizada por meio de Cotação Eletrônica de Preços- COTEP (dispensa de licitação) pelo fato de ser um produto cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontrados facilmente no mercado.

Também salientamos que, a mencionada contratação por meio Cotação Eletrônica de Preços, é facultada para a referida aquisição de serviços comuns, inclusive para aqueles que envolvam o fornecimento de materiais, estando regulamentada na RESOLUÇÃO SEPLAG Nº. 106, de 14/12/2012, Decreto nº. 46.095, de 29/11/2012, inciso II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e Decreto n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, alínea a, inciso II.

20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, pois, para a presente

modalidade, o produto a ser entregue não justifica a associação da licitante vencedora com outras empresas.

20.2 É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente a execução do objeto deste Termo de Referência.

20.3 A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

21 - CADASTRO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI

A licitante vencedora deverá se cadastrar no SEI para assinatura do contrato e quaisquer termos dele decorrentes, nos termos do Decreto n.º 47.222, de 26 de julho de 2017, observando o normativo expedido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG/MG.

Márcia Gonçalves Cerqueira
Analista de compras e contratos
Responsável pelo Preenchimento

Gilvan Vieira Martelo
Diretor de Gestão e Logística
Gestor do contrato

De acordo:

Marcelus Fernandes Lima
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

José Geraldo de Oliveira Prado
Secretário de Estado Adjunto de Governo
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Gonçalves Cerqueira, Servidor(a) Público(a)**, em 13/05/2019, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilvan Vieira Martelo, Diretor(a)**, em 13/05/2019, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelus Fernandes Lima**,



Superintendente, em 13/05/2019, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Geraldo De Oliveira Prado**, **Secretário(a) de Estado Adjunto**, em 14/05/2019, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4870219** e o código CRC **3677A583**.
